



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 353 15/06/12 a 21/06/12¹

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.

¹ No dia 18 de junho, não houve notícias de Política Externa Brasileira



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil reiterou decisão sobre asilo político a senador boliviano

No dia 14 de junho, o porta-voz do Itamaraty, Tovar Nunes da Silva, declarou que a decisão de conceder asilo político ao senador boliviano e opositor do governo desse país, Roger Pinto Molina, está de acordo com a tradição do direito internacional e com as leis do Brasil. Nunes ressaltou que a Constituição brasileira garante o recebimento de pessoas consideradas perseguidas por razões políticas ou de preconceito e que Molina não foi condenado por nenhum crime comum. O porta-voz do Itamaraty ainda afirmou que a medida não significa nenhum tipo de crítica do Brasil à Bolívia. As negociações diplomáticas com o país vizinho continuam para que seja emitido um salvo-conduto (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/06/2012).

Machado declarou que crise econômica pode afetar ação de países na Rio+20

Em entrevista à imprensa, o embaixador e negociador-chefe do Brasil no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Luiz Figueiredo Machado, reconheceu que a crise econômica está influenciando a ação dos países ricos. De acordo com Machado, há uma retração forte de países antigamente doadores que se veem, por força da crise econômica e financeira, com dificuldades até internas de assumir uma postura mais solidária e de cumprir compromissos anteriormente assumidos. Entretanto, o embaixador defendeu que esta é uma visão imediatista, baseada em uma crise que em dois anos pode estar ultrapassada. Ademais, o negociador-chefe destacou que é necessário pensar a longo prazo e não ficar refém de uma retração gerada por uma crise econômico-financeira dos países ricos. Machado ainda ressaltou que a definição dos meios de implementação do desenvolvimento sustentável, que inclui financiamento, tecnologia e capacitação, é o ponto chave da negociação da Rio+20, pois, sem isso, todos os outros temas ficam comprometidos. O embaixador também afirmou que o Brasil poderá apresentar soluções alternativas para pontos específicos de conflito, fazendo tudo o que for necessário para ajudar a negociação. Entretanto, Machado enfatizou que o país não apresentará um novo texto de negociação (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/06/2012; O Estado de S. Paulo – Vida – 15/06/2012).

Embaixador brasileiro reconheceu dificuldades em negociações da Rio+20

No dia 14 de junho, o embaixador e responsável pelas negociações do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), André Corrêa do Lago, declarou que as negociações preliminares



Observatório de Política Exterior do Brasil

para finalizar o texto a ser apresentado na cúpula final de alto nível vão continuar pelos próximos dias. A dificuldade para concluir o documento deve-se à falta de consenso em vários temas, principalmente em relação aos chamados meios de implementação do desenvolvimento sustentável, que incluem transferência de valores e de tecnologia. De acordo com Lago, o grupo do G-77 mais China, que representa nações em desenvolvimento, entre elas o Brasil, bloqueou as negociações por considerar que os países desenvolvidos estão querendo muitos avanços nos esforços de sustentabilidade dos países em desenvolvimento, mas não apresentaram nada de novo em recursos financeiros e tecnológicos. Ademais, no dia 15, o chefe da delegação brasileira na cúpula, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, afirmou que o Brasil assumiu a responsabilidade de coordenar as negociações (O Estado de S. Paulo – Vida – 15/06/2012; O Estado de S. Paulo – Vida – 16/06/2012).

Antonio Patriota fez declarações sobre agenda da Rio+20

Durante evento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que reuniu empresários, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, afirmou que é preciso estar atento para não transformar objetivos futuros de desenvolvimento sustentável em barreiras comerciais. A afirmação foi feita em resposta à preocupação manifestada pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, de que seja criado um protecionismo verde. De acordo com Patriota, é necessário advertir sobre esses riscos, mas há um sentimento disseminado, não só no Brasil, de que existe uma agenda positiva e não se pode criar condicionalidades e obstáculos. O ministro ainda destacou que a agenda da Rio+20 é constituída por objetivos que congregam e, sobretudo, dão atenção às necessidades de países mais pobres. Apesar das dificuldades nas negociações e da crise internacional, Patriota ressaltou que a cúpula já pode ser considerada histórica, não só pelo número de representantes governamentais e delegados, mas pelo modelo de inclusão, com os diálogos e eventos paralelos da sociedade civil. Ademais, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu que a proposta de criação de um fundo global a fim de financiar a transição para uma economia verde possa ser aplicada a médio e longo prazos. Teixeira ainda negou que os países desenvolvidos estariam irredutíveis em ceder em algumas das negociações em andamento na conferência (O Estado de S. Paulo – Vida – 15/06/2012).

Brasil propôs nova versão de documento na Rio+20

No dia 16 de junho, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Brasil propôs uma nova versão do documento O Futuro que Queremos. No texto, o país priorizou a proteção



Observatório de Política Exterior do Brasil

dos oceanos e enfatizou os Princípios do Rio, que incluem as responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Por esse princípio, acordado durante a Eco-92, os países ricos devem arcar com a maior parte dos custos pela degradação ambiental (Folha de S. Paulo – Poder – 17/06/2012).

Brics aprovaram criação de Fundo Virtual de Reservas

No dia 18 de junho, após reunião entre seus líderes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) aprovaram a criação de um Fundo Virtual de Reservas. O Fundo tem por objetivo a prestação de socorro financeiro mútuo em casos de crise e é chamado virtual por não contar com o aporte físico de dinheiro dos membros, mas com parcelas de reservas definidas de cada sócio disponíveis para trocas de moeda. O ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, declarou que a iniciativa direciona-se a aumentar a confiança internacional nos Brics e o estabelecimento da solidariedade financeira entre os membros do bloco. Ainda na reunião, os Brics concordaram que a crise da zona do euro é uma ameaça ao sistema financeiro internacional e à estabilidade econômica. O bloco também confirmou o aporte adicional ao Fundo Monetário Internacional (FMI) com o objetivo de proteger as economias do contágio da crise europeia (Folha de S. Paulo – Mundo – 19/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 19/06/2012).

Brics saíram insatisfeitos de reunião de cúpula do G-20

Em San José de los Cabos no México, por ocasião da reunião de cúpula do G-20, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) afirmaram que o G-20 deveria emitir um forte documento em favor do combate à queda no crescimento e aos efeitos da crise da zona do euro, porém o rascunho do documento não atendeu ao pedido. Na ocasião, o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, criticou o fato de não ter havido avanços na economia mundial desde o último encontro do G-20 e recomendou uma mudança total da estratégia do grupo (O Estado de S. Paulo – Economia – 19/06/2012).

Brasil respondeu às críticas da UE

No dia 18 de junho, o embaixador brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo Machado, declarou que existe um tempo limite para terminar o documento da Rio+20 e que o Brasil havia informado diversas vezes em plenária a intenção de finalizar o texto naquela noite. A declaração foi feita em resposta às críticas que o Brasil tem sofrido por querer concluir o texto antes da chegada dos chefes de Estado para a reunião que começa no dia 20. As negociações do documento final terminaram sem consenso entre o país e a União Europeia (UE), que



Observatório de Política Exterior do Brasil

considerou o texto pouco concreto, com falta de objetivos e metas em áreas como energia, água e eficiência no uso dos recursos. Outro ponto questionado foi o fato de o texto não deixar claro quais temas deveriam ser tratados pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (O Estado de S. Paulo – Planeta – 19/06/2012; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/06/2012).

Rousseff declarou que solução para a crise depende de decisões internas

No dia 19 de junho, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, encontrou-se com a chanceler alemã, Angela Merkel. Rousseff declarou que há uma grande preocupação com a crise, mas também uma grande determinação em resolvê-la. Ademais, a governante brasileira afirmou que a crise está chegando a todo o mundo e a solução seria a receita pela qual o inevitável avanço da crise forçaria naturalmente a uma solução, denominada de Inexorável da Silveira. Segundo a mandatária, a Europa será obrigada a tomar decisões rápidas para lidar com a crise e retomar o crescimento econômico por pressões inexoráveis do mercado, dos setores políticos e da sociedade. Rousseff também reiterou que a solução deve ser interna à zona do euro e não depende mais do G-20 e que deve ser interna à zona do euro. Apesar disso, a presidente afirmou que o problema é complexo e que a dificuldade em encontrar uma resolução aumenta por não haver um Estado supranacional por trás do euro. Além disso, Rousseff reforçou a necessidade de redução das exigências relacionadas a ajustes das contas públicas em países europeus (Folha de S. Paulo – Mundo – 20/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 20/06/2012).

Brasil cobrou fim da cláusula contra barreiras comerciais

No dia 19 de junho, a presidente Dilma Rousseff cobrou do G-20 a reabertura da Rodada Doha para a liberalização comercial e o fim da cláusula contra a criação de barreiras comerciais. Tal declaração deve-se ao fato de o Brasil ter firmado contrariamente o compromisso mútuo com alguns países desse bloco de não criar barreiras comerciais e reduzir as já existentes, durante reunião do G20, no México. A mandatária ainda defendeu que a Rodada Doha deve ter um prazo para ser encerrada e que a crise atual não pode ser usada como empecilho para a preservação dos desequilíbrios. Ademais, Rousseff acusou os Estados desenvolvidos de utilizarem demasiadas práticas protecionistas, além de não permitirem que países emergentes criem defesas próprias (Folha de S. Paulo – Mercado – 20/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 20/06/2012).

Rousseff defendeu documento final da Rio+20



Observatório de Política Exterior do Brasil

No dia 20 de junho, no Rio de Janeiro, a presidente Dilma Rousseff e vários integrantes de seu governo defenderam o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) durante o primeiro dia da cúpula de chefes de Estado da Rio+20. A presidente declarou que o texto aprovado consagra avanços importantes, porém fez uma ressalva de que a crise financeira e as incertezas que pairam sobre o futuro da economia mundial criam um ambiente no qual a disposição para acordos vinculantes fica muito fragilizada. Na ocasião, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, respondeu às críticas de que teria faltado arrojo ao acordo. De acordo com Figueiredo não se pode exigir ambição de ação se não existe ambição de financiamento, pois seria incoerente exigir ação sem fornecimento de recursos financeiros. Em relação à proposta dos países emergentes de criar um fundo de US\$ 30 bilhões anuais, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, admitiu que houve dificuldade de chegar a um consenso, mas atribuiu isso ao grande número de interesses distintos. Ademais, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacaram os pontos que consideraram mais relevantes, como os acordos para incluir critérios ambientais na avaliação de desempenho econômico, o comitê para a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o compromisso de um novo tratado para os oceanos (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/06/2012; O Estado de S. Paulo – Especial/Planeta – 21/06/2012).

Ministério das Relações Exteriores posicionou-se com relação à exigência feita pelas ONGs

O ministério das Relações Exteriores avaliou que apesar das manifestações de descontentamento com o resultado final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), é difícil negar que a sociedade civil tenha participado nas negociações da declaração final da Rio+20. O Itamaraty reiterou que houve um esforço dos negociadores de abrir espaço para a sociedade civil, desde as consultas públicas (O Estado de S. Paulo – Especial/Planeta – 21/06/2012).

Rousseff reuniu-se com presidente francês

No dia 21 de junho, no Rio de Janeiro, a presidente Dilma Rousseff reuniu-se com seu homólogo francês, François Hollande, para discutir questões relacionadas à compra de caças para a Força Aérea Brasileira. O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antonio Patriota, disse que o assunto dos caças não foi tratado em detalhes, pelos presidentes. De acordo com Patriota, o encontro serviu para aprofundar o diálogo bilateral e discutir intercâmbios nas áreas de gás, energia nuclear, petróleo, agricultura e defesa. Ademais, o ministro declarou que os países têm uma agenda na área da defesa, que



Observatório de Política Exterior do Brasil

possuem uma parceria estratégica em ciência e tecnologia da informação, e que estão construindo um submarino em conjunto (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/06/2012).

Rascunho de documento final da Rio+20 foi aprovado

O rascunho de documento da final da Rio+20 que o Brasil apresentou foi aprovado após as rodadas de negociações do evento. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, afirmou que a aprovação foi uma vitória do multilateralismo. O negociador-chefe do Brasil, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, declarou que a crise econômica influenciou o nível de ambição das negociações (O Estado de S. Paulo – Planeta – 20/06/2012).